



CBM-SC

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA

SOLDADO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ História
- ▶ Geografia
- ▶ Matemática
- ▶ Física
- ▶ Química
- ▶ Noções Básicas de Primeiros Socorros

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Noções Básicas de Informática
- ▶ Legislação Institucional
- ▶ Segurança e Proteção Contra Incêndios

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL 001-2026/DP/CBMSC - CFP



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS
ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.

- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa**.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





CBM-SC

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA
CATARINA**

Soldado

EDITAL 001-2026/DP/CBMSC - CFP

**CÓD: SL-124JN-26
7908433290551**

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Ortografia e redação oficial	12
3. Acentuação gráfica.....	14
4. Emprego das classes de palavras	16
5. Emprego do sinal indicativo de crase.....	25
6. Sintaxe da oração e do período	25
7. Pontuação	30
8. Concordância nominal e verbal; Semântica.....	32
9. Produção de textos (logicidade, correção, clareza, objetividade).....	34
10. Redação discursiva (dissertativo-argumentativo)	37

História

1. A escravidão.....	43
2. A configuração de um novo espaço econômico, político e social no século XIX.....	46
3. A evolução econômico-social: de subsistência à subsidiária; o rural e o urbano; a industrialização; política de urbanização e a modernidade.....	49
4. Os movimentos e rebeliões político-sociais dos séculos XIX e XX.....	52
5. Os impactos da 1 ^a Grande Guerra, do Estado Novo e da 2 ^a Grande Guerra no Brasil e em Santa Catarina	54
6. Os governos democráticos, os governos militares e a Nova República	56
7. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia, segurança pública e sociedade, divulgados pelos principais meios de comunicação, nos últimos cinco anos.....	58

Geografia

1. Organização político-administrativa do Brasil e Santa Catarina: divisão política e regional	63
2. Relevo, clima, vegetação, hidrografia e fusos horários	66
3. Aspectos humanos: formação étnica, crescimento demográfico	71
4. Aspectos econômicos: agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e mineral, atividades industriais e transportes	74
5. A questão ambiental: degradação e políticas de meio ambiente	78
6. As regiões geoeconômicas de Santa Catarina: formação, caracterização, delimitação, localização, abrangência, principais atividades.....	82
7. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia, segurança pública e sociedade, divulgados pelos principais meios de comunicação, nos últimos cinco anos.....	87

Matemática

1. Teoria de conjuntos.....	91
2. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais e reais	94
3. Equações de 1º e 2º graus, sistemas.....	106
4. Inequações do 1º e do 2º grau	111
5. Relações, Funções do 1º grau e do 2º grau; função exponencial; função logarítmica.....	113
6. Sequências numéricas	126
7. Determinantes; sistemas lineares.....	129
8. Análise combinatória	138
9. Geometria espacial; geometria de sólidos.....	142
10. Geometria analítica.....	150
11. Noções de trigonometria.....	155
12. Distribuição de frequências: absoluta, relativa, acumulada	157
13. Medidas de posição: média, moda, mediana e separatrizes	162
14. Medidas de dispersão: desvio padrão e coeficientes de variação	164
15. Representação gráfica.....	166

Física

1. Conceitos Fundamentais: conhecimento científico	177
2. Grandezas físicas; grandezas escalares e vetoriais; grandezas fundamentais; sistemas de unidades; leis físicas	177
3. Mecânica: cinemática escalar e vetorial; forças sobre uma partícula; Leis de Newton; energia e trabalho: trabalho de uma força constante; energia cinética e potencial; conservação da energia; queda livre e movimento de projéteis; movimento dos planetas e satélites	183
4. Sistemas de partículas: estática do sólido; momento de uma força e momento resultante; densidade; pressão; teorema fundamental e princípios de Pascal e Arquimedes; comportamento dos gases ideais	205
5. Calor: temperatura e escalas termométricas; leis da Termodinâmica; transmissão e propagação do calor; dilatação; mudança de fase; calor específico e capacidade térmica; calorimetria.....	212
6. Óptica: leis de reflexão e refração; reflexão total; índice de refração; objetos e imagens reais e virtuais em espelhos planos e esféricos.....	218

Química

1. Transformações químicas; Estados físicos da matéria; Separação de componentes de mistura	241
2. Evolução dos modelos atômicos; Átomos e moléculas: número atômico, número de massa, isótopos, massa molar e constante de Avogadro	247
3. Reações químicas; Leis das reações químicas.....	252
4. Leis dos gases: equação de estado do gás ideal.....	255
5. Cálculos estequiométricos	262
6. A tabela periódica	272
7. Ligações químicas; Polaridade das ligações	287
8. A água na natureza: estrutura, propriedades e importância; Poluição e tratamento da água	292
9. Ácidos, bases, sais e óxidos.....	295

ÍNDICE

10. Entalpia; Princípio da conservação da energia	310
11. Compostos orgânicos: noções gerais de hidrocarbonetos e álcoois, aplicações no cotidiano; Química orgânica no cotidiano	317
12. Triglicerídeos (gorduras e óleos), sabões e detergentes.....	350
13. Polímeros naturais: carboidratos e proteínas	354
14. Polímeros sintéticos: polímeros de adição (polietileno, poliestireno, PVC e teflon) e polímeros de condensação (poliéster e poliamida)	357
15. Reciclagem.....	362
16. Compostos químicos e o meio ambiente.....	363

Noções Básicas de Primeiros Socorros

1. Anatomia e Fisiologia.....	373
2. Abordagem da vítima; Manipulação e transporte da vítima; Sinais vitais; Infarto e parada cardíaca; Parada respiratória; Estado de choque; Suspeita de trauma; Obstrução de vias aéreas por corpos estranhos; Queimaduras; Fraturas, entorses e luxações; Hemorragias	415
3. Intoxicações	432
4. PHTLS – Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado – 10 ^a ed.	434

Material Digital Noções Básicas de Informática

1. Introdução a conceitos de hardware e software de computadores. Conceitos de software livre	3
2. Introdução a sistemas operacionais.....	7
3. Sistema Operacional Linux – Distribuição Ubuntu.....	8
4. Conceitos básicos e utilização do Google Workspace (documentos, planilhas, apresentações, Meet, formulários e Drive)	13
5. Navegadores: Google Chrome e Mozilla Firefox	17
6. Conceitos básicos de segurança da informação e autenticação (2FA).....	23
7. Conceitos básicos e tecnologias relacionadas à Internet, Intranet e VPN	28
8. Noções de arquitetura de redes de computadores: conceitos de WAN, MAN, LAN e protocolo TCP/IP. Conceitos básicos de equipamentos de rede: roteador, switch, modem e cabeamento.....	31

Legislação Institucional

1. Lei Estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983 (Estatuto).....	41
2. Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980 (RDPBM).....	59
3. Lei Complementar nº 724, de 18 de julho de 2018 (LCB)	66

Segurança e Proteção Contra Incêndios

1. Lei Complementar nº 16.157, de 7 de novembro de 2013 (normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico)	77
2. Decreto Estadual nº 1.908, de 9 de maio de 2022 (regulamenta a Lei nº 16.157, de 2013)	81
3. Decreto Estadual nº 448, de 24 de janeiro de 2024 (altera o Decreto nº 1.908, de 2022).....	90
4. Instrução Normativa nº 1 – Parte 1 (CBMSC); Instrução Normativa nº 1 – Parte 2 (CBMSC)	92

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.
<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

AMOSTRA

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescrita de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

HISTÓRIA

A ESCRAVIDÃO

A Presença Escravizada no Litoral Catarinense

Diferente das grandes monoculturas do Sudeste e Nordeste, a escravidão no litoral catarinense caracterizou-se pela **versatilidade**. Devido à herança luso-áfricana de pequenas e médias produções, o escravizado em Santa Catarina atuava em diversas frentes, desde a pesca industrial da época até os serviços urbanos especializados.

A Indústria da Baleia: O Motor das Armações

Entre meados do século XVIII e o início do XIX, a extração do óleo de baleia foi a atividade mais lucrativa da Coroa em Santa Catarina. As chamadas “Armações” eram complexos industriais que funcionavam quase inteiramente à base de trabalho escravizado.

- **Trabalho Exaustivo:** Os escravizados realizavam o “esquartejamento” dos cetáceos e o cozimento da gordura em grandes caldeiras para a produção de óleo (usado na iluminação pública e na argamassa de construções).
- **Logística Marítima:** Embora o arpoador fosse frequentemente um homem livre (devido à especialização), a remada das baleeiras e o transporte terrestre dos barris de óleo eram tarefas designadas aos negros.
- **As Principais Armações:** Destacam-se a **Armação da Piedade** (Governador Celso Ramos), a de **Sant’Ana da Lagoinha** (Florianópolis) e a de **Itapocoroy** (Penha).

Escravos de Ganho e a Dinâmica Urbana

Em centros como **Nossa Senhora do Desterro** (Florianópolis), **São Francisco do Sul** e **Laguna**, a escravidão urbana era a regra. Surge aqui a figura do “escravo de ganho”, indivíduos que circulavam pela cidade prestando serviços e entregando parte do pagamento aos seus senhores.

- **Os “Tigres”:** Eram escravizados responsáveis pelo descarte dos dejetos domésticos (cloacas), transportando barris nos ombros até o mar. O nome deriva das manchas de urina e fezes que escorriam e marcavam suas peles.
- **Ofícios Especializados:** Muitos eram ferreiros, marceneiros, sapateiros e alfaiates. As mulheres atuavam como quituteiras, lavadeiras e vendedoras ambulantes, garantindo o abastecimento de víveres nas vilas.
- **Obras Públicas:** As fortalezas que defendiam a costa e as principais igrejas matriz do litoral foram erguidas, pedra sobre pedra, por mãos escravizadas.

A Produção de Farinha e a Subsistência

A base alimentar da população açoriana e das tropas militares que passavam pelo estado era a **farinha de mandioca**. O “braço escravo” era essencial nos engenhos de farinha, desde o plantio e a colheita até o processamento manual da raiz.

O Perfil Demográfico no Litoral

Ao contrário do que sugerem alguns censos antigos que tentavam minimizar a presença negra, a população escravizada e de libertos era numericamente expressiva. Em determinados períodos do século XIX, em cidades como Florianópolis, a população negra e parda chegava a representar cerca de **25% a 30%** do total de habitantes.

Características do Regime Escravocrata Litorâneo:

- **Baixa densidade por proprietário:** Diferente dos “Barões do Café”, o senhor de escravos catarinense possuía, em média, de 1 a 5 cativos. Isso gerava uma convivência cotidiana mais próxima e tensa.
- **Tráfico Interprovincial:** Com o declínio da caça à baleia e o auge do café no Rio de Janeiro e São Paulo, muitos catarinenses lucraram vendendo seus escravizados para o Sudeste, o que iniciou uma redução da população negra antes mesmo da abolição.

Espaços de Fé e Sociabilidade

Apesar da opressão, a população escravizada criou espaços de resistência e identidade.

- **Irmandades de Homens Pretos:** Organizações como a *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito* permitiam que negros (escravizados ou livres) tivessem acesso a auxílio mútuo, enterros dignos e celebrações religiosas próprias.
- **Igrejas Específicas:** Muitas cidades catarinenses possuem a “Igreja do Rosário”, construída pela e para a comunidade negra, funcionando como um centro de preservação cultural.

Escravidão nas Áreas de Colonização e no Planalto

Enquanto o litoral utilizava o escravizado em funções urbanas e na pesca, o interior do estado desenvolveu um modelo de escravidão voltado para a **pecuária**, a **extração** e, posteriormente, para a manutenção de status dentro das novas colônias europeias.

O Planalto Serrano: O Ciclo do Gado e os Grandes Plantéis

O Planalto Serrano, com destaque para a região de **Lages**, foi a área de Santa Catarina que mais se assemelhou ao modelo de latifúndio clássico. As grandes fazendas de criação de gado eram operadas por famílias de origem paulista que trouxeram consigo a tradição escravocrata.

AMOSTRA

- **O “Peão” Escravizado:** Diferente da imagem romântica do gaúcho livre, grande parte do trabalho de campo — cuidar do gado, realizar a doma e as lidas nas estâncias — era executada por negros escravizados.
- **A Erva-Mate:** Na região de Curitibanos e no Planalto Norte, o trabalho escravizado foi amplamente utilizado na extração e no transporte da erva-mate, atividade que exigia força física bruta e longas jornadas em matas fechadas.
- **Concentração de Riqueza:** Inventários da época mostram que, em Lages, os escravizados eram considerados o bem mais valioso das heranças, superando muitas vezes o valor da própria terra.

A Escravidão nas Colônias de Imigrantes

Há um mito historiográfico de que as colônias alemãs e italianas foram zonas “livres de escravidão”. Documentos históricos provam o contrário: o regime escravocrata conviveu com a imigração europeia de três formas principais:

- **A Elite da Colônia:** Diretores das colônias e imigrantes que chegaram com capital frequentemente adquiriam escravizados para o serviço doméstico ou para acelerar o desmatamento de seus lotes.
- **O Aluguel de Escravos:** Imigrantes que não tinham recursos para comprar pessoas recorriam ao “aluguel” de escravizados pertencentes a senhores de vilas vizinhas (como Florianópolis ou São José) para trabalhos sazonais na agricultura.
- **A Transição Conflituosa:** Em cidades como Joinville e Blumenau, a presença de negros escravizados foi registrada desde os primeiros anos de fundação, atuando na construção de estradas e na infraestrutura básica dos núcleos urbanos.

O Choque de Modelos Econômicos

A coexistência do trabalho livre imigrante com o trabalho escravizado gerou tensões políticas interessantes para concursos e análises históricas:

- **O Discurso do “Branqueamento”:** O governo incentivava o imigrante como símbolo de progresso e “civilização”, enquanto a realidade econômica catarinense ainda dependia do braço negro para manter o abastecimento de carne e farinha.
- **A Pequena Propriedade:** O modelo de lotes familiares (Parte 2 do tema anterior) foi desenhado para dispensar a escravidão, mas na prática, a expansão dessas terras muitas vezes contava com a mão de obra negra nos limites das propriedades.

A Invisibilidade do Negro no Interior

A historiografia oficial, por muito tempo, tentou apagar a presença negra no Planalto e no Norte em favor de uma narrativa exclusivamente europeia. No entanto, a cultura serrana guarda heranças profundas:

- **Vocabulário e Costumes:** Termos utilizados na lida campeira e técnicas de manejo de animais.
- **Religiosidade:** A presença de santos negros e festividades sincréticas que resistiram nas fazendas do interior.

Aspecto	Escravidão no Litoral	Escravidão no Planalto
Atividade Principal	Pesca da baleia, porto e serviços urbanos.	Pecuária (gado) e extração de erva-mate.
Mobilidade	Alta (Escravos de ganho circulando nas vilas).	Baixa (Trabalho rural em grandes estâncias).
Perfil do Senhor	Pequenos comerciantes e funcionários públicos.	Grandes proprietários de terras (Elite latifundiária).
Habitação	Porões de sobrados ou casas pequenas.	Senzalas rurais ou habitações precárias nas fazendas.

Resistência, Quilombos e Identidade

A história da escravidão em Santa Catarina não é apenas uma crônica de submissão, mas um registro contínuo de **insurreição e agência**. Os escravizados catarinenses utilizaram as características geográficas do estado — o litoral recortado e as serras densas — para articular formas de liberdade que desafiam o controle senhorial.

Formas de Resistência: Do Cotidiano à Fuga

A resistência não se limitava ao confronto físico; ela ocorria de forma estratégica no dia a dia:

- **Resistência Passiva:** A “corpo do mole”, a quebra proposital de ferramentas de trabalho e o fingimento de doenças eram táticas para diminuir a produtividade e o lucro do senhor.
- **Resistência Cultural:** A manutenção de dialetos, crenças religiosas africanas e o batuque nos momentos de folga eram formas de preservar a humanidade diante da desumanização do sistema.
- **Suicídio e Infanticídio:** Em casos extremos, eram utilizados como forma trágica de retirar de si ou dos filhos o fardo da escravidão, negando ao senhor a sua “propriedade”.

Os Quilombos em Santa Catarina

Diferente dos grandes estados do quilombismo (como Alagoas com Palmares), os quilombos catarinenses eram geralmente **núcleos menores**, mas extremamente dinâmicos. Eles se formavam perto de vilas para facilitar o comércio clandestino ou em áreas de difícil acesso geográfico.

- **Quilombos Litorâneos:** Aproveitavam as encostas de morros e áreas de mangue. Em Desterro (Florianópolis), os negros fugidos refugiavam-se nos maciços centrais da ilha.
- **Quilombos do Interior:** No Planalto e Vale do Itajaí, os quilombos eram pontos de parada para negros que fugiam das estâncias de gado.
- **A Rede de Apoio:** Muitos quilombos sobreviviam através da troca de alimentos e serviços com a população pobre livre (brancos pobres e mestiços), criando uma economia informal de subsistência.

GEOGRAFIA

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO BRASIL E SANTA CATARINA: DIVISÃO POLÍTICA E REGIONAL

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO BRASIL

A organização político-administrativa do Brasil é definida pela Constituição Federal de 1988. Ela estabelece as bases que regulam o funcionamento do Estado brasileiro, suas divisões internas, os níveis de governo e as competências de cada ente federativo. Essa estrutura garante a descentralização do poder, promovendo a autonomia relativa das diferentes esferas que compõem o país.

► Estrutura federativa do Brasil

O Brasil é uma federação formada por três níveis principais de governo:

- União
- Estados e Distrito Federal
- Municípios

Cada um desses entes possui autonomia administrativa, política e financeira, sendo responsável por uma série de competências estabelecidas em lei. A União, por exemplo, cuida de questões nacionais e internacionais. Os estados e o Distrito Federal cuidam de assuntos regionais, enquanto os municípios lidam com as necessidades locais.

► A União

A União é o ente federativo que representa o país como um todo. Sua sede é Brasília, no Distrito Federal. Entre suas competências estão:

- Defesa nacional e relações exteriores
- Política econômica, monetária e fiscal
- Leis trabalhistas e previdência social
- Educação superior pública (em parte compartilhada com estados)

O governo federal é dividido em três poderes: Executivo (Presidência da República), Legislativo (Congresso Nacional) e Judiciário (diversos tribunais superiores).

► Os Estados

O Brasil possui 26 estados, cada um com sua própria Constituição estadual, governador, Assembleia Legislativa e tribunais regionais. Os estados têm autonomia para legislar sobre temas de interesse regional, desde que não entrem em conflito com a Constituição Federal. Eles também são responsáveis por:

- Segurança pública (policiais militares e civis)

- Educação básica (em parte)
- Saúde pública
- Transporte intermunicipal

Cada estado é dividido em municípios e pode criar suas próprias leis desde que respeite os princípios constitucionais.

► O Distrito Federal

O Distrito Federal ocupa uma posição única. Ele reúne competências de estado e município, sem ser dividido em cidades autônomas. O DF possui um governador, uma câmara legislativa e tribunais próprios. Embora contenha várias regiões administrativas, como Ceilândia e Taguatinga, essas regiões não têm status de municípios.

Os Municípios:

Os municípios são as unidades mais próximas do cidadão. O Brasil possui mais de 5.500 municípios. Cada um tem sua própria prefeitura e câmara de vereadores. Os municípios cuidam de:

- Serviços urbanos, como coleta de lixo, iluminação pública e saneamento
- Educação infantil e ensino fundamental
- Saúde básica
- Transporte coletivo municipal

A autonomia municipal permite que os gestores adaptem suas políticas públicas às necessidades locais, respeitando a legislação federal e estadual.

► Divisão política e administrativa

A divisão político-administrativa do Brasil está baseada na ideia de descentralização. Essa descentralização busca tornar a gestão pública mais eficiente e adequada às realidades regionais. A divisão atual é composta por:

- 1 União
- 26 estados
- 1 Distrito Federal
- 5.570 municípios (número pode variar levemente conforme atualizações do IBGE)

Essa estrutura permite que as decisões políticas, orçamentárias e administrativas sejam distribuídas entre diferentes entes, fortalecendo a democracia e a representatividade.

► Repartição de competências

A Constituição Federal organiza as competências dos entes federativos em três grupos:

- Competência exclusiva: é aquela que só pode ser exercida por um único ente (por exemplo, apenas a União pode declarar guerra).
- Competência concorrente: é compartilhada entre União, estados e Distrito Federal (como legislar sobre educação e meio ambiente).
- Competência comum: todos os entes podem atuar, respeitando a legislação superior (como cuidar da saúde pública).

Esse modelo busca evitar a concentração de poder e garantir que cada esfera de governo atue de forma cooperativa.

► Papel do IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável por organizar e atualizar a divisão político-administrativa do Brasil. Ele realiza censos e atualiza dados sobre limites territoriais, populações, número de municípios, entre outros aspectos que impactam diretamente na administração pública.

► Importância da organização federativa

A estrutura federativa brasileira é essencial para garantir a unidade nacional em um território tão amplo e diverso. Ela permite que estados e municípios tenham autonomia para lidar com suas realidades específicas, respeitando, ao mesmo tempo, a legislação nacional. Esse equilíbrio entre unidade e diversidade é um dos pilares da democracia no Brasil.

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE SANTA CATARINA

Santa Catarina, um dos 26 estados da federação brasileira, está localizado na região Sul do país. Com uma área de aproximadamente 95 mil quilômetros quadrados, o estado se destaca por sua diversidade cultural, econômica e geográfica. Assim como os demais estados da federação, Santa Catarina possui uma organização político-administrativa própria, que respeita os princípios da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual.

► Nível estadual: Governo de Santa Catarina

O estado de Santa Catarina possui autonomia política, administrativa e financeira, o que significa que pode elaborar suas próprias leis (desde que estejam em conformidade com a Constituição Federal), arrecadar tributos estaduais e organizar seus serviços públicos.

A estrutura de governo estadual é composta por:

- Poder Executivo: exercido pelo governador do estado, eleito por voto direto para um mandato de quatro anos, com possibilidade de reeleição.
- Poder Legislativo: formado pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), composta por deputados estaduais eleitos também por voto direto.
- Poder Judiciário: composto por tribunais e juízes estaduais, com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) como órgão máximo do Judiciário no estado.

Além disso, o estado possui órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado, Ministério Públíco Estadual e Defensoria Pública.

► Divisão em municípios

Santa Catarina está dividido em 295 municípios, o que representa uma das maiores densidades municipais do Brasil em relação à área total do estado. Cada município é uma unidade político-administrativa com autonomia garantida pela Constituição. Isso significa que os municípios têm competência para gerir assuntos locais, criar leis municipais, arrecadar tributos e prestar serviços públicos.

Cada município possui:

- Um Poder Executivo: representado pelo prefeito e sua equipe de secretários.
- Um Poder Legislativo: composto por vereadores, reunidos na câmara municipal.

Essa autonomia permite que as gestões municipais sejam adaptadas às realidades e necessidades específicas de cada localidade, respeitando os limites legais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual.

► Crescimento e criação de municípios

Ao longo do século XX, principalmente nas décadas de 1950 a 1990, Santa Catarina passou por um intenso processo de emancipação municipal. Diversos distritos e localidades foram transformados em municípios, como forma de descentralizar a administração e aproximar os serviços públicos da população.

A criação de novos municípios, no entanto, segue critérios definidos por lei federal, que envolvem aspectos como número mínimo de habitantes, viabilidade econômica e estrutura urbana mínima. Desde o início dos anos 2000, a criação de novos municípios encontra-se praticamente estagnada, devido à exigência de uma legislação complementar que ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional.

► Regiões administrativas de Santa Catarina

Para fins de organização interna e planejamento de políticas públicas, o governo estadual divide Santa Catarina em regiões administrativas, também chamadas de regiões de desenvolvimento. Atualmente, o estado possui 36 regiões administrativas, que agrupam municípios com características socioeconômicas e geográficas semelhantes. Essas regiões não têm autonomia política, mas servem como base para descentralizar a atuação do governo estadual.

Cada região administrativa conta com uma sede regional e com estruturas de apoio à gestão pública, como gerências de saúde, educação, infraestrutura, entre outros. O objetivo dessa divisão é tornar mais eficiente o atendimento às demandas locais e a implementação de políticas públicas regionalizadas.

MATEMÁTICA

TEORIA DE CONJUNTOS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

► Símbolos importantes

- \in : pertence
- \notin : não pertence
- \subset : está contido
- $\not\subset$: não está contido
- \supset : contém
- $\not\supset$: não contém
- $/$: tal que
- \implies : implica que
- \Leftrightarrow : se, e somente se
- \exists : existe
- \nexists : não existe
- \forall : para todo (ou qualquer que seja)
- \emptyset : conjunto vazio
- \mathbb{N} : conjunto dos números naturais
- \mathbb{Z} : conjunto dos números inteiros
- \mathbb{Q} : conjunto dos números racionais
- \mathbb{I} : conjunto dos números irracionais
- \mathbb{R} : conjunto dos números reais

► Representações

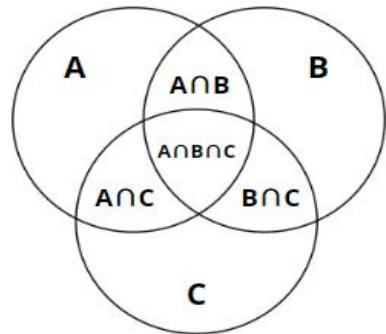
Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto. Exemplo: $S=\{1, 3, 5, 7, 9\}$

▪ Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos. Exemplo: $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$

▪ Enumerando esses elementos temos. Exemplo: $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$

▪ Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos. Exemplo:



► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos: $A \subset B$
- Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

► Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- $A = A$.
- Se $A = B$, então $B = A$.
- Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$.
- Se $A = B$ e $x \in A$, então $x \in B$.

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos. Exemplo: se $A = \{1, 2, 3\}$, $B = \{2, 1, 3\}$, $C = \{1, 2, 2, 3\}$, então $A = B = C$.

► Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por $\#$, o número de elementos que ele possui. Exemplo: se $A = \{45, 65, 85, 95\}$, então $\#A = 4$.

Tipos de Conjuntos

- **Equipotente:** Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- **Infinito:** quando não é possível enumerar todos os seus elementos
- **Finito:** quando é possível enumerar todos os seus elementos
- **Singular:** quando é formado por um único elemento
- **Vazio:** quando não tem elementos, representados por $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

► Pertinência

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo \in . As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos. Exemplo: o conjunto das vogais (V) é $V = \{a, e, i, o, u\}$

- **A relação de pertinência é expressa por:** $a \in V$. Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.
- **A relação de não-pertinência é expressa por:** $b \notin V$. Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

► Inclusão

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- **Propriedade reflexiva:** $A \subset A$, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- **Propriedade antissimétrica:** se $A \subset B$ e $B \subset A$, então $A = B$.
- **Propriedade transitiva:** se $A \subset B$ e $B \subset C$, então, $A \subset C$.

► Operações entre conjuntos

União

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

$$A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$$

Exemplo: $A = \{1, 2, 3, 4\}$ e $B = \{5, 6\}$, então $A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$

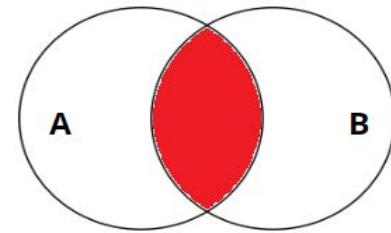
Fórmulas:

- $n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$
- $n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$

Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

$$A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$$



Exemplo: $A = \{a, b, c, d, e\}$ e $B = \{d, e, f, g\}$, então $A \cap B = \{d, e\}$

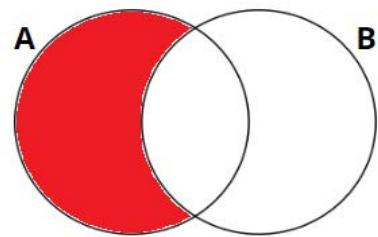
Fórmulas:

- $n(A \cap B) = n(A) + n(B) - n(A \cup B)$
- $n(A \cap B \cap C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cup B) - n(A \cup C) - n(B \cup C) + n(A \cup B \cup C)$

Diferença

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

$$A \setminus B \text{ ou } A - B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \notin B\}$$



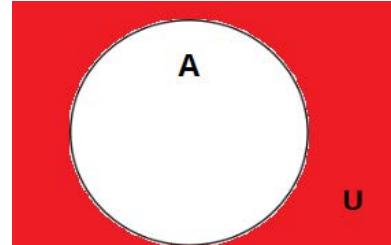
Exemplo: $A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$ e $B = \{5, 6, 7\}$, então $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$.

$$\text{Fórmula: } n(A - B) = n(A) - n(A \cap B)$$

Complementar

O complementar de um conjunto A, representado por A ou A^c , é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$$A^c = \{x \in U \mid x \notin A\}$$



Exemplo: $U = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$ e $A = \{0, 1, 2, 3, 4\}$, então $A^c = \{5, 6, 7\}$

$$\text{Fórmula: } n(A^c) = n(U) - n(A)$$

FÍSICA

CONCEITOS FUNDAMENTAIS: CONHECIMENTO CIENTÍFICO

CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Uma visão construtivista de ensinar e aprender em ambiente didático coloca o problema da formação de professores, enfatizando a importância de seu conhecimento científico e a natureza de sua competência profissional. O que se pretende discutir é a interferência recíproca entre conhecimento científico e saber-fazer didático no desenvolvimento e execução de um projeto educacional. As reflexões partem de outras reflexões sobre diferentes situações de ensino, pensadas e realizadas por nós, que incluem o aperfeiçoamento de professores e a formação de multiplicadores desse processo, entre outros. Assim, elencam-se algumas ações concretas, organizadas para contemplar a competência científica e a capacidade pedagógica do professor. Ao mesmo tempo, são apontadas consequências práticas para a formação regular de professores e para a formação continuada.

O homem é um ser que sempre se faz perguntas existenciais e que deve interpretar a si mesmo e ao mundo em que vive atribuindo-lhes significado. Ele cria uma representação significante da realidade que se chama conhecimento. O conhecimento pode ser dividido em vários tipos, como dogmatismo e ciência, mito e vida cotidiana. O conhecimento científico nasce da pesquisa científica – seu método. Há uma necessidade de encontrar soluções para problemas práticos da vida cotidiana e também um desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas por evidências empíricas. Quando o homem sai de uma posição passiva, como se fosse testemunha dos fenômenos, sem qualquer poder de ação ou sem poder de controlá-los, e começa com uma atitude mais racional e devidamente lógica, e começa a buscar compreender o mundo através questões e respostas, emerge a necessidade de propor um conjunto de diferentes métodos que funcionem como uma ferramenta mais adequada para esta investigação e a compreensão do mundo que a rodeia.

A ciência requer uma batalha entre a conjectura e os dados empíricos. Essa conjectura precisa passar por um teste importante. Gouveia continua: “afirmações científicas são objetivas se puderem ser expostas para crítica e discussão independentemente de crenças pessoais”. Uma asserção científica, edificada a partir de pressupostos baseados em conjecturas, deve poder ser comparada com a realidade e ser submetida a vários testes, a qualquer momento e em qualquer lugar e por qualquer pessoa. Essas hipóteses baseadas em teoria encorajam a investigação científica a edificar bases mais sólidas e testar suas hipóteses de maneira mais rígida e controlada. A ciência se baseia em críticas implacáveis que cometem erros por meio de rigorosos procedimentos de testes. A própria comunidade científica está

constantemente reavaliando e revisando. Esse importante método de identificação constante de dificuldades, contradições e equívocos teóricos garante a credibilidade da ciência.

GRANDEZAS FÍSICAS; GRANDEZAS ESCALARES E VETORIAIS; GRANDEZAS FUNDAMENTAIS; SISTEMAS DE UNIDADES; LEIS FÍSICAS

GRANDEZA FÍSICA

É um conceito primitivo relacionado à possibilidade de medida, como comprimento, tempo, massa, velocidade e temperatura, entre outras unidades. As leis da Física exprimem relações entre grandezas. Medir uma grandeza envolve compará-la com algum valor unitário padrão.

Desde 1960 foi adotado o Sistema Internacional de unidades (SI), que estabeleceu unidades padrão para todas as grandezas importantes, uniformizando seu emprego em nível internacional. As unidades fundamentais do SI estão relacionadas na tabela a seguir:

Grandeza física	Unidade de medida
Comprimento	metro (m)
Massa	quilograma (kg)
Tempo	segundo (s)
Corrente Elétrica	ampère (A)
Temperatura termodinâmica	Kelvin (K)
Quantidade de matéria	mol (mol)
Intensidade luminosa	candela (cd)

Medida¹ é um processo de comparação de grandezas de mesma espécie, ou seja, que possuem um padrão único e comum entre elas. Duas grandezas de mesma espécie possuem a mesma dimensão.

No processo de medida, a grandeza que serve de comparação é denominada de grandeza unitária ou padrão unitário.

As grandezas físicas são englobadas em duas categorias:

- Grandezas fundamentais (comprimento, tempo).
- Grandezas derivadas (velocidade, aceleração).

Também temos o conceito de **Grandeza mensurável** que é aquela que pode ser medida. São mensuráveis as grandezas adicionáveis ou sejam as extensivas. Exemplo: a área

¹ UFPR – DELT – Medidas Elétricas – Prof. Marlio Bonfim

AMOSTRA

Já a **Grandeza incomensurável** ou não mensurável é aquela que não pode ser medida. São incomensuráveis as grandezas não adicionáveis ou sejam as intensivas. Exemplo: a temperatura.

SISTEMA DE UNIDADES

É um conjunto de definições que reúne de forma completa, coerente e concisa todas as grandezas físicas fundamentais e derivadas. Ao longo dos anos, os cientistas tentaram estabelecer sistemas de unidades universais como por exemplo o CGS, MKS, SI.

Sistema Internacional (SI)

É derivado do MKS e foi adotado internacionalmente a partir dos anos 60. É o padrão mais utilizado no mundo, mesmo que alguns países ainda adotem algumas unidades dos sistemas precedentes.

Sistema métrico decimal

O sistema métrico decimal é parte integrante do Sistema de Medidas. É adotado no Brasil tendo como unidade fundamental de medida o **metro**.

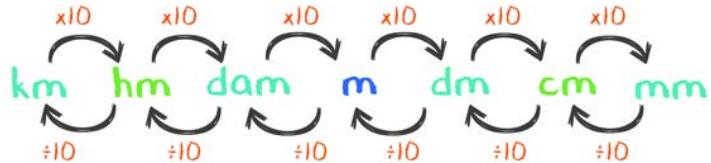
O Sistema de Medidas é um conjunto de medidas usado em quase todo o mundo, visando padronizar as formas de medição.

▪ Medidas de comprimento

Os múltiplos do metro são usados para realizar medição em grandes distâncias, enquanto os submúltiplos para realizar medição em pequenas distâncias.

Múltiplos			Unidade fundamental	Submúltiplos		
Quilômetro	Hectômetro	Decâmetro		Metro	Decímetro	Centímetro
km	hm	dam	m	dm	cm	mm
1000 m	100m	10m	1m	0,1m	0,01m	0,001m

Para transformar basta seguir a tabela seguinte (esta transformação vale para todas as medidas):



▪ Medidas de superfície e área

As unidades de área do sistema métrico correspondem às unidades de comprimento da tabela anterior.

São elas: quilômetro quadrado (km^2), hectômetro quadrado (hm^2), etc. As mais usadas, na prática, são o quilômetro quadrado, o metro quadrado e o hectômetro quadrado, este muito importante nas atividades rurais com o nome de hectare (ha): $1 hm^2 = 1 ha$.

No caso das unidades de área, o padrão muda: uma unidade é 100 vezes a menor seguinte e não 10 vezes, como nos comprimentos. Entretanto, consideramos que o sistema continua decimal, porque $100 = 10^2$. A nomenclatura é a mesma das unidades de comprimento acrescidas de quadrado.

Vejamos as relações entre algumas dessas unidades que não fazem parte do sistema métrico e as do sistema métrico decimal (valores aproximados):

1 polegada = 25 milímetros

1 milha = 1 609 metros

1 léguia = 5 555 metros

1 pé = 30 centímetros

▪ Medidas de Volume e Capacidade

Na prática, são muitos usados o metro cúbico(m^3) e o centímetro cúbico(cm^3).

Nas unidades de volume, há um novo padrão: cada unidade vale 1000 vezes a unidade menor seguinte. Como $1000 = 10^3$, o sistema continua sendo decimal. Acrescentamos a nomenclatura cúbico.

A noção de capacidade relaciona-se com a de volume. A unidade fundamental para medir capacidade é o litro (l); 1l equivale a 1 dm^3 .

QUÍMICA

TRANSFORMAÇÕES QUÍMICAS; ESTADOS FÍSICOS DA MATÉRIA; SEPARAÇÃO DE COMPONENTES DE MISTURA

Analisando a matéria qualitativamente (qualidade) chamamos a matéria de **substância**.

Substância – possui uma composição característica, determinada e um conjunto definido de propriedades.

Pode ser simples (formada por só um elemento químico) ou composta (formada por vários elementos químicos).

Exemplos de substância simples: ouro, mercúrio, ferro, zinco.

Exemplos de substância composta: água, açúcar (sacarose), sal de cozinha (cloreto de sódio).

Mistura – são duas ou mais substâncias agrupadas, onde a composição é variável e suas propriedades também.

Exemplo de misturas: sangue, leite, ar, madeira, granito, água com açúcar.

Corpo e Objeto:

Analisando a matéria quantitativamente chamamos a matéria de **Corpo**.

Corpo – São quantidades limitadas de matéria. Como por exemplo: um bloco de gelo, uma barra de ouro.

Os corpos trabalhados e com certo uso são chamados de objetos. Uma barra de ouro (corpo) pode ser transformada em anel, brinco (objeto).

Fenômenos Químicos e Físicos:

Fenômeno é uma transformação da matéria. Pode ser química ou física.

Fenômeno Químico é uma transformação da matéria com alteração da sua composição.

Exemplos: combustão de um gás, da madeira, formação da ferrugem, eletrólise da água.



Química – é a ciência que estuda os fenômenos químicos. Estuda as diferentes substâncias, suas transformações e como elas interagem e a energia envolvida.

Fenômenos Físicos – é a transformação da matéria sem alteração da sua composição.

Exemplos: reflexão da luz, solidificação da água, ebulição do álcool etílico.

Física – é a ciência que estuda os fenômenos físicos. Estuda as propriedades da matéria e da energia, sem que haja alteração química.



► Propriedades da matéria

O que define a matéria são suas propriedades. Existem as propriedades gerais e as propriedades específicas. As propriedades gerais são comuns para todo tipo de matéria e não permitem diferenciar uma da outra. São elas: massa, peso, inércia, elasticidade, compressibilidade, extensão, divisibilidade, impenetrabilidade.

▪ **Massa** – medida da quantidade de matéria de um corpo. Determina a inércia e o peso.

▪ **Inércia** – resistência que um corpo oferece a qualquer tentativa de variação do seu estado de movimento ou de repouso. O corpo que está em repouso, tende a ficar em repouso e o que está em movimento tende a ficar em movimento, com velocidade e direção constantes.

▪ **Peso** – é a força gravitacional entre o corpo e a Terra.

▪ **Elasticidade** – propriedade onde a matéria tem de retornar ao seu volume inicial após cessar a força que causa a compressão.

▪ **Compressibilidade** – propriedade onde a matéria tem de reduzir seu volume quando submetida a certas pressões.

▪ **Extensão** – propriedade onde a matéria tem de ocupar lugar no espaço.

AMOSTRA

- **Divisibilidade** – a matéria pode ser dividida em porções cada vez menores. A menor porção da matéria é a molécula, que ainda conserva as suas propriedades.
- **Impenetrabilidade** – dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo.

As propriedades específicas são próprias para cada tipo de matéria, diferenciando-as umas das outras. Podem ser classificadas em organolépticas, físicas e químicas.

As propriedades organolépticas podem ser percebidas pelos órgãos dos sentidos (olhos, nariz, língua). São elas: cor, brilho, odor e sabor.

As propriedades físicas são: ponto de fusão e ponto de ebulição, solidificação, liquefação, calor específico, densidade absoluta, propriedades magnéticas, maleabilidade, ductibilidade, dureza e tenacidade.

- **Ponto de fusão e ebulição** – são as temperaturas onde a matéria passa da fase sólida para a fase líquida e da fase líquida para a fase gasosa, respectivamente.

- **Ponto de ebulição e de liquefação** – são as temperaturas onde a matéria passa da fase líquida para a fase gasosa e da fase gasosa para a líquida, respectivamente.

- **Calor específico** – é a quantidade de calor necessária para aumentar em 1 grau Celsius ($^{\circ}\text{C}$) a temperatura de 1 grama de massa de qualquer substância. Pode ser medida em calorias.

- **Densidade absoluta** – relação entre massa e volume de um corpo.

$$d = m : V$$

- **Propriedade magnética** – capacidade que uma substância tem de atrair pedaços de ferro (Fe) e níquel (Ni).

- **Maleabilidade** – é a propriedade que permite à matéria ser transformada em lâmina. Característica dos metais.

- **Ductibilidade** – capacidade que a substância tem de ser transformada em fios. Característica dos metais.

- **Dureza** – é determinada pela resistência que a superfície do material oferece ao risco por outro material. O diamante é o material que apresenta maior grau de dureza na natureza.



- **Tenacidade** – é a resistência que os materiais oferecem ao choque mecânico, ou seja, ao impacto. Resiste ao forte impacto sem se quebrar.

As propriedades químicas são as responsáveis pelos tipos de transformação que cada substância é capaz de sofrer. Estes processos são as **reações químicas**.

Mistura e Substância

Mistura – é formada por duas ou mais substâncias puras. As misturas têm composição química variável, não expressa por uma fórmula.

Algumas misturas são tão importantes que têm nome próprio. São exemplos:

- gasolina – mistura de hidrocarbonetos, que são substâncias formadas por hidrogênio e carbono.
- ar atmosférico – mistura de 78% de nitrogênio, 21% de oxigênio, 1% de argônio e mais outros gases, como o gás carbônico.
- álcool hidratado – mistura de 96% de álcool etílico mais 4% de água.

Substância – é cada uma das espécies de matéria que constitui o universo. Pode ser simples ou composta.

Sistema e Fases

Sistema – é uma parte do universo que se deseja observar, analisar. Por exemplo: um tubo de ensaio com água, um pedaço de ferro, uma mistura de água e gasolina, etc.

Fases – é o aspecto visual uniforme.

As misturas podem conter uma ou mais fases.

Mistura Homogênea – é formada por apenas uma fase. Não se conseguem diferenças a substância.

Exemplos:

- água + sal
- água + álcool etílico
- água + acetona
- água + açúcar
- água + sais minerais



Mistura Heterogênea – é formada por duas ou mais fases. As substâncias podem ser diferenciadas a olho nu ou pelo microscópio.

Exemplos:

- água + óleo
- granito
- água + enxofre
- água + areia + óleo

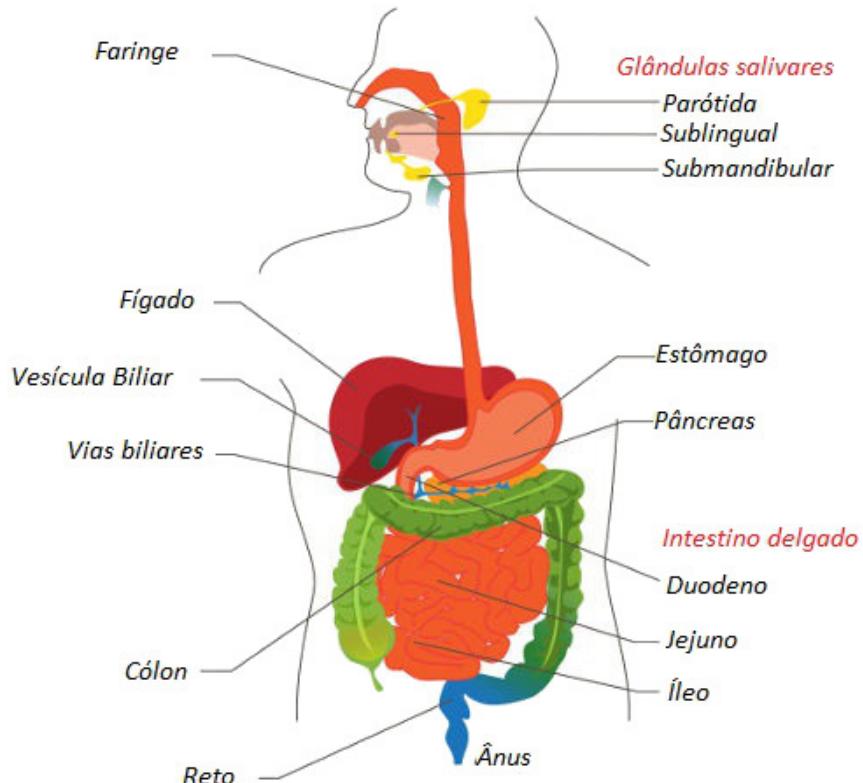
NOÇÕES BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS

ANATOMIA E FISIOLOGIA

SISTEMA DIGESTÓRIO¹

O sistema digestório tem a função primordial de promover nutrientes para o corpo. O alimento, após passar pela **boca**, é propelido, por meio do **esôfago**, para o **estômago** e, em seguida para os **intestinos delgado e grosso**, antes de ser esvaziado pelo ânus. O sistema digestório prepara o alimento para ser usado pelas células por meio de cinco atividades básicas:

- 1. Ingestão:** Captar alimento pela boca (ato de comer).
- 2. Mistura e movimentação do alimento:** As contrações musculares misturam o alimento e as secreções e movimentam o alimento ao longo do trato gastrintestinal.
- 3. Digestão:** Ocorre a degradação do alimento por processos químicos e mecânicos. A digestão química é uma série de reações que degradam as moléculas grandes e complexas de carboidratos, lipídios e proteínas que ingerimos, transformando-as em moléculas simples, pequenas o suficiente para passar através das paredes dos órgãos digestórios e eventualmente para as células do corpo. A digestão mecânica consiste de vários movimentos que auxiliam na digestão química. Os dentes trituram o alimento para que ele seja deglutiido; o músculo liso do estômago e do intestino delgado promovem a mistura do alimento com as enzimas que o digerem; e as ondas de contração muscular denominadas peristole movem o alimento ao longo do trato gastrintestinal.
- 4. Absorção:** É a passagem do alimento digerido do trato gastrintestinal aos sistemas sanguíneo e linfático para distribuição às células.
5. Defecação: É a eliminação de substâncias não digeridas do trato gastrintestinal.



Fonte: brasilescola.uol.com.br/biologia/sistema-digestivo.htm

1 www.afh.bio.br

► Boca

A abertura na qual o alimento entra no tubo digestivo, encontrando os dentes e a língua, que preparam o alimento para a digestão, por meio da mastigação. Os dentes reduzem os alimentos em pequenos pedaços, misturando-os à saliva, o que irá facilitar a futura ação das enzimas.

Dentes: são estruturas duras, calcificadas, presas ao maxilar e mandíbula, cuja atividade principal é a mastigação. Estão implicados, de forma direta, na articulação das linguagens. Os nervos sensitivos e os vasos sanguíneos do centro de qualquer dente estão protegidos por várias camadas de tecido. A mais externa, o esmalte, é a substância mais dura. Sob o esmalte, circulando a polpa, da coroa até a raiz, está situada uma camada de substância óssea chamada dentina. A cavidade pulpar é ocupada pela polpa dental, um tecido conjuntivo frouxo, ricamente vascularizado e inervado. Um tecido duro chamado cemento separa a raiz do ligamento periodontal, que prende a raiz e liga o dente à gengiva e à mandíbula, na estrutura e composição química assemelha-se ao osso; dispõe-se como uma fina camada sobre as raízes dos dentes. Através de um orifício aberto na extremidade da raiz, penetram vasos sanguíneos, nervos e tecido conjuntivo.

Língua: movimenta o alimento empurrando-o em direção a garganta, para que seja engolido. Na superfície da língua existem dezenas de papilas gustativas, cujas células sensoriais percebem os quatro sabores primários: amargo, azedo ou ácido, salgado e doce. De sua combinação resultam centenas de sabores distintos. A distribuição dos quatro tipos de receptores gustativos, na superfície da língua, não é homogênea.

Glândulas salivares: a presença de alimento na boca, assim como sua visão e cheiro, estimula as glândulas salivares a secretar saliva, que contém a enzima amilase salivar ou ptialina, além de sais e outras substâncias. A amilase salivar digere o amido e outros polissacarídeos (como o glicogênio), reduzindo-os em moléculas de maltose (dissacarídeo). Três pares de glândulas salivares lançam sua secreção na cavidade bucal: parótida, submandibular e sublingual.

Os sais da saliva neutralizam substâncias ácidas e mantêm, na boca, um pH que varia entre, neutro (7,0) à levemente ácido (6,0), ideal para a ação da ptialina. O alimento, que se transforma em bolo alimentar, é empurrado pela língua para o fundo da faringe, sendo encaminhado para o esôfago, impulsionado pelas ondas peristálticas, levando entre 5 e 10 segundos para percorrer o esôfago. Através do peristaltismo, você pode ficar de cabeça para baixo e, mesmo assim, seu alimento chegará ao intestino. Entra em ação um mecanismo para fechar a laringe, evitando que o alimento penetre nas vias respiratórias.

Quando a válvula cárdia (anel muscular, esfínter) se relaxa, permite a passagem do alimento para o interior do estômago.

► Faringe e Esôfago

A faringe, situada no final da cavidade bucal, é um canal comum aos sistemas digestório e respiratório: por ela passa o alimento, que se dirige ao esôfago, e o ar, que se dirige à laringe.

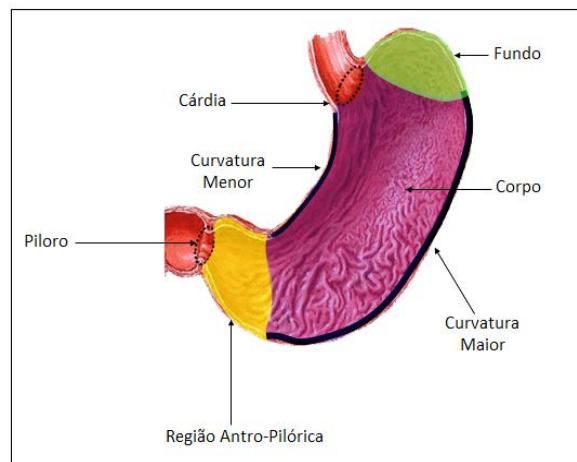
O esôfago, é um canal de músculo liso, que liga a faringe ao estômago, localiza-se entre os pulmões, atrás do coração, e atravessa o músculo diafragma, que separa o tórax do abdômen. O bolo alimentar leva de 5 a 10 segundos para percorre-lo.

► Estômago

É uma bolsa de parede musculosa, localizada no lado esquerdo abaixo do abdômen, logo abaixo das últimas costelas. É um órgão muscular que liga o esôfago ao intestino delgado. Sua função principal é a digestão de alimentos proteicos. Um músculo circular, que existe na parte inferior, permite ao estômago guardar quase um litro e meio de comida, possibilitando que não se tenha que ingerir alimento de pouco em pouco tempo.

Quando está vazio, tem a forma de uma letra "J" maiúscula, cujas duas partes se unem por ângulos agudos, sendo formado por cinco partes:

- **Cárdia** - A primeira parte do estômago (próxima do esôfago).
- **Fundo** - Parte superior do estômago, junto à cárdia.
- **Corpo** - Parte principal do estômago, entre as partes superior e inferior.
- **Antro** - Porção inferior (perto do intestino delgado), onde o alimento é misturado com o suco gástrico.
- **Piloro** - Última parte do estômago, age como uma válvula para controlar o esvaziamento do conteúdo do estômago para o intestino duodeno.



Fonte: www.auladeanatomia.com/novosite/wp-content/uploads/2015/11/Nova-Imagen-3estoma.bmp?x73185

O estômago produz o suco gástrico, um líquido claro, transparente, altamente ácido, que contém ácido clorídrico, muco, enzimas e sais.

O ácido clorídrico mantém o pH do interior do estômago entre 0,9 e 2,0 (ácido). Também dissolve o cemento intercelular dos tecidos dos alimentos, auxiliando a fragmentação mecânica iniciada pela mastigação.

A pepsina, enzima mais potente do suco gástrico, é secretada na forma de pepsinogênio. Como este é inativo, não digere as células que o produzem. Por ação do ácido clorídrico, o pepsinogênio, ao ser lançado na luz do estômago, transforma-se em pepsina, enzima que catalisa a digestão de proteínas.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!